

## AS CONCEPÇÕES DE GRAMÁTICA QUE FUNDAMENTAM A PRÁTICA DOCENTE NO CURSO DE LETRAS

Edmar Peixoto de LIMA<sup>7</sup>

Gláucia Maria Bastos MARQUES<sup>8</sup>

Cleudene de Oliveira ARAGÃO<sup>9</sup>

**Resumo:** Este artigo busca investigar a concepção de linguagem do docente do curso de Letras quando discute o ensino de gramática e a concepção de gramática empregada em sala de aula. Utilizamos como aporte teórico os estudos de Neves, Antunes, Geraldi, entre outros. Percebemos nos discursos dos informantes a preocupação com a formação do graduando como sujeito social, atuante e consciente da função do ser professor. Para os docentes, a linguagem se configura como interação social e elemento de acesso ao conhecimento, embora a concepção de gramática não apresente muita clareza nas definições que norteiam o ensino no curso de Letras.

**Palavras-chave:** Ensino. Concepções de linguagem. Gramática. Língua Portuguesa.

**Abstract:** *This paper aims to investigate the conception of the teachers' language of the Letters Course when they discuss the teaching of grammar and the conception of grammar used in the classroom. We have used as theoretical support the studies of Neves, Antunes, Geraldi, among others. We have realized, in the informers' discourse, the concern about the grader's formation as a social subject, active and conscious of the role of being a teacher. For teachers, the language is configured as social interaction and access element to knowledge, though the conception of grammar does not present a lot of lucidity in the definitions that guide the teaching in the Letters Course.*

**Keywords:** *Teaching. Conceptions of language. Grammar. Portuguese language.*

---

<sup>7</sup> Professora do Departamento de Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Pau do Ferros – Rio Grande do Norte – Brasil; doutoranda em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza – Ceará – Brasil. [edmarpeixoto@uern.br](mailto:edmarpeixoto@uern.br)

<sup>8</sup> Professora do Colégio Militar de Fortaleza – CMF, doutoranda em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza – Ceará – Brasil. [glauciamarquesbastos@yahoo.com.br](mailto:glauciamarquesbastos@yahoo.com.br)

<sup>9</sup> Professora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza – Ceará – Brasil. Doutora em Filologia Hispânica pela Universitat de Barcelona. [cleudene.uece@gmail.com](mailto:cleudene.uece@gmail.com)

## Considerações iniciais

Refletir sobre o ensino de Língua Portuguesa na sala de aula nos permite pensar que esse debate deve ultrapassar os conceitos de certo e errado que vêm norteando tradicionalmente o ensino de língua materna. Trazemos à tona a necessidade de compreender a língua como fenômeno sociointeracionista. Logo, dinâmico. Nesse sentido, os alunos necessitam dominar o processo de leitura e escrita para compreender e produzir os diversos textos a que têm acesso nas relações sociais. Assim, o ensino de Língua Portuguesa assume um novo paradigma, levando o aluno a compreender o entrelaçamento entre leitura, escrita e gramática, com vistas à produção de sentidos dos textos socialmente produzidos, com os quais os estudantes necessariamente dialogam, na medida em que se conformam como construtores de significações.

Por essa razão, advogamos que o professor, responsável por promover condições de ensino-aprendizagem, necessita compreender as concepções de linguagem que norteiam os conceitos de gramática para que possa desempenhar a função de capacitar o aluno a entender e produzir diferentes textos. Em outras palavras, defendemos que, para dominar as habilidades de leitura e escrita, é necessário compreender o papel da gramática nessas construções textuais.

Este artigo se propõe, portanto, a investigar qual a concepção de linguagem que o docente do curso de Letras defende quando reflete sobre o ensino de gramática e, conseqüentemente, qual a noção de gramática que o professor utiliza na sala de aula. Acreditamos na relevância dessas discussões pelo fato de ser importante o professor perceber as concepções teóricas que embasam suas ações pedagógicas.

O presente trabalho está vinculado ao Programa de Pós-graduação (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), haja vista termos participado do Projeto de Cooperação Acadêmica: *Disciplinas voltadas para as Metodologias de Ensino de Língua Portuguesa* (PROCAD), e daí termos constituído o *corpus* deste artigo organizado pelas entrevistas realizadas com os docentes do curso de Letras das três IES participantes do projeto: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Nosso trabalho apresenta, depois das considerações iniciais, um tópico sobre as concepções de linguagem, cujo objetivo consiste em demonstrar a necessidade de o professor ter claras as noções que orientam o seu ponto de vista acerca da gramática. O segundo tópico aborda os conceitos de gramática, na tentativa de apresentar as implicações para a sala de aula. No terceiro ponto, focamos

no posicionamento do professor formador acerca do ensino de gramática na Universidade. E, por fim, fazemos as nossas considerações finais e apresentamos as referências que fundamentaram nossos debates.

### **Concepções de linguagem**

Muitos encaminhamentos são sugeridos por estudiosos para que os docentes possam pensar e planejar o ensino de Língua Portuguesa com êxito. Essas propostas são importantes para apoiá-los na busca pela disseminação dos conhecimentos. No entanto, salientamos que, para as ações pedagógicas terem resultados positivos na sala de aula, é necessário que o docente compreenda e defina a concepção de linguagem que orienta sua *práxis* educativa.

Em outras palavras, entendemos que as estratégias utilizadas pelos docentes em sala de aula, a metodologia de ensino, as escolhas da teoria, o sistema de avaliação, entre outros aspectos que envolvem o fazer pedagógico, dependem da concepção de linguagem que o professor assume para este percurso. Primeiro porque as aulas são direcionadas a um sujeito já falante do idioma e por essa razão os objetivos traçados devem servir de resposta ao “para que” ensinar. Segundo Geraldi (2006, p.41), “[...] no caso do ensino de língua portuguesa, uma resposta ao ‘para que’ envolve tanto uma *concepção de linguagem* quanto uma postura relativamente à educação”. Percebemos, assim, que a postura delineada pelo docente para traçar os aspectos pedagógicos da disciplina em sala de aula passa necessariamente pelo conceito de linguagem. De acordo com Travaglia (2002), Geraldi (2006), e Koch (2008), há três formas de conceber a linguagem e a língua.

A primeira óptica concebe “a linguagem como expressão do pensamento” (TRAVAGLIA, 2002, p.21). Nessa acepção, o sujeito apenas exprime os posicionamentos que foram estruturados na mente. Não percebemos as relações com os aspectos sociais que envolvem os participantes no momento comunicativo. Em outras palavras, essa acepção compreende a capacidade que o falante tem de organizar e expressar o que pensa, como se tivesse consciência absoluta das ações. O que isso significa para o ato de ensinar? Para o ensino, essa concepção apresenta uma estrutura pronta, acabada e que serve apenas para o usuário organizar seu pensamento na mente e posteriormente expressá-lo. O sujeito se configura como dono da sua vontade pelo fato de que apenas pensa e utiliza a linguagem para emitir suas ideias. Nesse caso, o aluno que não consegue se expressar adequadamente é o único responsável pelo ato.

Nessa perspectiva, para que o agente do ato comunicativo tenha domínio da sua vontade, “Presume-se que há regras a serem seguidas para a organização lógica do pensamento e, conseqüentemente, da linguagem.” (TRAVAGLIA, 2002, p.21). Ou seja, essas regras servem para que o falante organize as estruturas e consiga expressar seu pensamento seguindo uma sequência considerada lógica. Assim, elas constituem as normas gramaticais que orientam o falar e o escrever correto, determinada pela “Gramática normativa ou tradicional”. (TRAVAGLIA, 2002, p.21). Desse modo, deparamo-nos com uma relação unilateral, em que o emissor tem a missão de repassar organizadamente suas ideias, cabendo ao ouvinte o papel de apenas captar o que lhe foi dito, seguindo para isso as regras já estabelecidas.

A segunda noção considera a “linguagem como instrumento de comunicação, como meio objetivo para a comunicação.” (IDEM). Assim, a língua se define como um código que serve para os falantes se comunicarem. Desse modo, um locutor emite seus posicionamentos codificados e cabe ao receptor da mensagem decifrar esse código já previamente estabelecido. Essa concepção não leva em conta, assim como a anterior, o contexto comunicativo do processo, tampouco a história que permeia os envolvidos. Isto significa dizer que o caráter sociointeracionista da linguagem é completamente desconsiderado nessas abordagens.

A terceira concepção vê a linguagem como forma ou processo de interação. Nesse caso, o falante usa a linguagem não mais para expressar ou traduzir pensamentos, mas para agir sobre seu interlocutor de modo que juntos possam construir sentidos. As relações estabelecidas são dialógicas, portanto, os sujeitos envolvidos influenciam-se mutuamente. Desse modo, “a interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.” (BAHKTIN, 2006, p.127) e as escolhas linguísticas são realizadas de acordo com o outro da conversação. As regras não são fixas e estanques, mas se adequam ao uso, exigindo do sujeito comunicativo um vasto conhecimento para conseguir interagir nas relações sociais.

### **Conceituações de gramática**

Conforme assinalado no tópico anterior, não há um conceito uno de linguagem e de língua. Do mesmo modo, podemos afirmar que também não existe uma concepção unívoca de gramática entre os teóricos que balizam os estudos da linguagem. Segundo Antunes (2007), existem cinco concepções diferentes para o termo. Na primeira, a gramática pode ser entendida como as regras que determinam como uma língua funciona. Nesse sentido, qualquer falante nativo tem acesso a esse

sistema, a despeito de uma escolarização. É o que normalmente definimos como “gramática internalizada”. Assim, mesmo que um usuário da língua faça algumas construções que contrariem a chamada “norma culta”, no que tange, por exemplo, a algumas concordâncias ou a determinada regra de regência, esse falante não rompe com a estrutura sintática da língua. Ao utilizar uma construção verbal, ele não vai de encontro aos tempos verbais primitivos, quais sejam: o presente do indicativo e o pretérito perfeito do indicativo. Assim, Antunes (2007, p.28) afirma que: “A gramática é constitutiva da língua, quer dizer: faz a língua ser o que é. Nunca pode ser uma questão de escolha, algo que pode ser ou deixar de ser obrigatório. Simplesmente, é, faz parte. Nem requer ensino formal.” Ou seja, a gramática faz parte da língua. Nessa direção, não se pode afiançar a existência de uma língua que não possua gramática, tampouco a ocorrência de uma gramática independentemente de uma língua.

A segunda perspectiva, da qual a autora fala, é a ideia de gramática enquanto regras que determinam uma certa norma. Aqui, ela é compreendida numa perspectiva que não considera a língua em situações concretas de uso, mas apenas como a regulação de uma norma, em geral, a chamada “norma culta”, socialmente mais prestigiada, mas que não dá conta do uso efetivo da língua. Infelizmente, o que percebemos é que a escola, geralmente, termina por considerar apenas essa visão de gramática, nos estudos da linguagem, apesar dos progressos ocorridos das últimas décadas do século passado para cá.

Mesmo reconhecendo essas discussões no campo acadêmico e a sua materialização em documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), além de uma extensa publicação acerca da questão, a escola parece ainda não tê-las incorporado completamente, posto que ainda tende a privilegiar um processo ensino-aprendizagem cuja base se assenta no modelo indicado pela maioria dos manuais didáticos de ensino Fundamental e Médio, os quais, nos parece, têm bastante dificuldade de se distanciarem do padrão pré-estabelecido.

É importante, aqui, deixar claro que, ao tecermos essas considerações, não estamos advogando que não seja função da escola levar o aluno a conhecer a “norma culta” da língua, mas fazê-lo compreender que ela não é a única, tampouco a melhor. Travaglia (2002), ao tratar dos objetivos do ensino da língua materna, assevera que, além do desenvolvimento da competência comunicativa, cabe à escola buscar desenvolver no educando a competência textual e a gramatical ou linguística. Nesse sentido, o autor defende que dois objetivos de ensino se justificam: “a) levar o aluno a dominar a norma culta ou língua padrão; b) ensinar a variedade escrita da língua”. (2002,

p.19). O autor, entretanto, apresenta uma ressalva de fundamental importância para aqueles envolvidos no processo ensino-aprendizagem da língua materna:

Todavia, se entendermos que a variedade culta, padrão, formal da língua, bem como sua forma escrita, são formas adequadas ao uso apenas em determinados tipos de situação de interação comunicativa, temos de admitir que esses objetivos são mais restritos que o de desenvolvimento da competência comunicativa (pelo qual se pretende que o usuário da língua seja capaz de utilizá-la de forma adequada a cada situação de comunicação) e ficam, portanto, subsumidos por ele. (2000, p.19).

Reiteramos, assim, que o que determina o prestígio da concepção de gramática enquanto “norma culta” está, na verdade, mais relacionado a questões de ordem políticas e econômicas do que linguísticas. É essa visão de gramática que termina por estabelecer dicotomias como o “certo” e o “errado”, o “melhor” e o “pior”, o que “pode” e o que “não pode” ser dito. Concordamos, portanto, com Antunes quando afirma que:

Tais definições não são feitas por razões propriamente linguísticas, quer dizer, por razões internas à própria língua. São feitas por razões históricas, por convenções sociais, que determinam o que representa ou não o falar social mais aceito. (2007, p.30).

Como terceira significação que o termo “gramática” possa assumir, a autora nos faz perceber a ideia de “[...] uma perspectiva científica ou um método de investigação sobre as línguas.” (Idem, p.31). Isto é, aqui a gramática é entendida como um ponto de vista teórico para os estudos da linguagem e da língua, os quais estão, de alguma forma, intrinsecamente ligados a uma concepção de língua em determinado momento histórico. Desse modo, observamos a existência de uma gramática “estruturalista”, “gerativista”, “funcionalista” etc. Os dois últimos sentidos de “gramática” que Antunes apresenta é, de um lado, vê-la como uma disciplina escolar e, de outro, como um manual no qual se apresenta uma descrição ou prescrição de uma língua.

Logo, observamos que esses conceitos poderiam, em tese, conviver perfeitamente. Entretanto, as alterações se instalam quando a escola passa a considerar apenas uma das concepções de gramática em detrimento das demais. Em geral, a escola opta pela concepção normativa, representante de um grupo social dominante.

## O ponto de vista do professor acerca do ensino de gramática na Universidade

Para efeito de contextualização, ressaltamos que o *corpus* das análises aqui empreendidas é oriundo do banco de dados do Projeto PROCAD 008/ 2008, intitulado *Projeto de Cooperação Acadêmica: Disciplinas da Licenciatura voltadas para o ensino de Língua Portuguesa*, cujos participantes são a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). A primeira se conforma na condição de Instituição proponente e as demais são respectivamente tipificadas como Instituição Associada I e II.

Conforme prevê o Edital Procad-NF N° 08/ 2008 da CAPES, o objetivo geral desse Projeto é fortalecer os Programas de Pós-Graduação que estão em fase de consolidação como é o caso da IES proponente e da IES Associada II. Os Programas de Pós-Graduação das Universidades maranhense e potiguar se encontram em fase de consolidação. Já o Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP possui conceito “5” junto à CAPES/CNPQ, o que o caracteriza como um Programa consolidado. Os professores doutores participantes desse Programa e ministrantes das disciplinas de Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa I e II já vêm efetuando pesquisas no sentido de investigar a disciplina de Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa (MELP). Assim:

A pesquisa que este grupo empreende pode gerar um impacto no ensino de Língua Portuguesa cujos resultados demonstram que esse ensino deve ser repensado a partir da disciplina que se responsabiliza pela formação de professores nesta área cujo perfil tem parecido indefinido inclusive na área do currículo que a nomeia de formas diversas nas diferentes regiões brasileiras. (UFMA, 2008, p.14).

Destarte, observamos que a disciplina de MELP parece não apresentar uma unidade de ação nos diversos programas de graduação em diferentes Instituições de Ensino Superior do país.

Nesse sentido, o grupo de pesquisadores das três IES, participantes do referido projeto, orientou suas ações de pesquisa no intuito de mapear em suas regiões quais instituições de ensino superior ofereciam o curso de Letras, assim como quais disciplinas voltadas para as metodologias de ensino de Língua Portuguesa estavam presentes na grade curricular desses cursos.

Para tanto, fez-se necessário um levantamento acerca das grades curriculares, bem como dos programas de ensino das disciplinas voltadas para as metodologias de ensino de Língua Portuguesa. Num momento posterior, realizaram-se entrevistas com os docentes ministrantes dessas disciplinas, como forma de averiguar quais concepções de linguagem, língua, leitura, gramática etc. orientavam suas práticas pedagógicas.

A partir dessas entrevistas, elegemos três professores das disciplinas Aproximação com a prática (UFMA), Metodologia de ensino de Língua Portuguesa (USP) e Didática da Língua Portuguesa (UERN) e recortamos as questões específicas acerca da concepção de gramática que cada um toma para si, no sentido de direcionar sua ação docente. Assim, quando perguntado ao Professor 1, da Universidade Federal do Maranhão, qual a concepção de gramática que norteia suas ações pedagógicas, o mesmo respondeu:

**P1:** [...] ainda agora de manhã mesmo, nós estávamos discutindo este tema de PCNs com eles - que a discussão surge assim - e nós estávamos discutindo... aí uma aluna foi e colocou, e eu dizendo pra eles que lá nos PCNs diz que *você* tem que *ah...* se apropriar da linguagem não é? Das mais variadas formas *aí* numa hora que eu disse: olha, a língua... Como nós estamos trabalhando a questão da Língua: ela é um conjunto, ela não é uniforme, ela não é... *você* num só tem a Língua... mas eu sou favorável, que o falante, que o aluno, que o professor ensine a língua padrão, porque a língua é um bem cultural, é uma área de conhecimento, a linguagem é produzida socialmente, ela é produto, mas ela é também produção textual. Se ela é produto e ela é também produção, produto cultural - melhor dizendo - produção cultural, então nós não podemos prescindir da norma culta também. Eu vejo assim. Então, o padrão também deve ter... porque é uma forma de *você* tornar o aluno poliglota dentro da sua própria língua. Então, *aí* uma aluna vai e diz assim: É professora, mas aqui a gente *num* vê a Gramática Normativa. É... eu não trabalho, como é que eu trabalho a Gramática Normativa? Eu trabalho a Gramática Normativa com eles, nas minhas aulas, assim: eu pego o texto deles e vou vendo que eles não estão dominando ...

Podemos perceber que o informante, ao tentar direcionar sua resposta para a concepção de gramática, não consegue deixar clara essa concepção, muito embora entenda a língua como patrimônio cultural e tendo como forma de realização os textos. Desse modo, percebemos uma certa confusão, não só por parte do professor, como também da graduanda em Letras, sobre quais devem ser os conteúdos a serem ministrados num curso de formação de professores. Entendemos que não cabe à Universidade dedicar-se ao ensino da norma padrão da língua, uma vez que este conhecimento o aluno já deve vir adquirindo ao longo de sua formação na educação básica. Corroboramos com nosso informante, no sentido de que todas as variedades da língua devem ser apresentadas, ensinadas e vivenciadas pelos educandos na escola e, entre essas variantes, também a padrão.

Todavia, parece-nos que não é papel de um curso superior dedicar-se a ensinar os meandros da gramática normativa, mas discuti-la do ponto de vista teórico, de modo a melhor formar os futuros professores de língua que atuarão nos níveis fundamental e médio.

Em seguida, perguntado se havia algum teórico que fundamentasse sua visão de gramática, o docente respondeu:

**P1:** Eu gosto muito do Bechara sabia? Eu gosto muito do Bechara, dentro da Gramática Normativa, até porque o Bechara ele hoje está mais flexível, ele num é tão purista, se você for ler o Bechara antes num é assim... e agora o que ele escreve, as considerações, a própria Gramática dele tem vindo assim, mais elementos, inclusive apontando para elementos linguísticos, da linguística, então eu gosto muito dele.

Observemos que, ao mencionar o teórico que lhe orienta a noção de gramática, o docente alude a um autor expoente da gramática normativa, embora ressalte a mudança menos conservadora deste gramático nos últimos tempos.

Quanto ao segundo entrevistado, P2 da Universidade de São Paulo, vejamos suas considerações acerca da concepção de gramática:

**P2:** É, pensar a gramática, como um conjunto de recursos que é iniciado no momento da produção do texto, e não colocá-la no lugar inverso que seria do objetivo, que seria aprender gramática formalizada a partir do texto, né? *acho* que é ao contrário disso, que é formar alguém que produza texto, e que também saiba pensar sobre a própria produção dos textos, esse conhecimento linguístico tem que ser o tempo todo manipulado mesmo, né? Assim tem que está em jogo o tempo todo, mas está em jogo, é... conscientemente no fim das contas, a ideia é levar cada vez mais que se tenha consciência disso, né? Que implica em você escolher um verso como pode e como deve, né? O que está em jogo em um momento como esse, né? O que importa você usar um adjetivo tal ou outro, em que lugar, né? É... enfim, acho que é informando o leitor, que o leitor pode se posicionar criticamente, a partir da própria base analítica dele e fazer isso você só pode fazer isso, quando olha pro texto, e vê como ele se estruturou, né? Não tem como ser de maneira diferente, se não vira discurso vazio, né? Em que o Professor fica falando, falando. Formar alguém que possa produzir textos e possa pensar sobre sua produção/ os conhecimentos linguísticos necessitam ser manipulados conscientemente. Trabalhar a gramática no texto é busca perceber como que o texto foi estruturado.

Conforme a fala de nosso segundo informante, notamos uma visão de gramática mais consistente, na medida em que a coloca na posição de instrumento para a leitura e produção de textos. Nessa perspectiva, o professor denomina esse movimento como um jogo, todavia um jogo que deverá ser “consciente” por parte dos usuários da língua. Notamos, então, que seu depoimento nos revela uma noção de gramática que só se justifica na sua funcionalidade, ou seja, nas situações concretas de interlocução, por meio dos textos orais ou escritos.

Percebemos também em suas formulações uma crítica a uma postura histórica de professores de língua portuguesa, oriunda de uma visão de ensino tradicional, de se ocuparem em expor “fórmulas” e “receitas” da gramática normativa sem trabalhar os aspectos vivos da língua em textos. Desse modo, de fato, não há como se formarem leitores e produtores de textos, tampouco conhecedores das nuances presentes em construções gramaticais que estão necessariamente implicadas nos usos da língua nas diversas situações sociocomunicativas.

Passemos agora para o nosso informante P3, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, que nos expõe sobre suas concepções de gramática ao mesmo tempo em que nos apresenta alguns autores que lhe são capitais na atuação profissional.

**Entrevistadora:** E com relação às concepções de gramática? Como é que você discute isso em sala? Como é que você vê? Quais são os teóricos que você se apropria?

**P3:** [...] na disciplina, em específico, é Antunes quem tem me auxiliado mais, né? Interessante que eles acham até difícil, [...] Até questionava esses dias com uma aluna lá de Umarizal, que ela veio apresentar o plano do professor e, numa linguagem coloquial, ela passou a faca, né? no professor. (Risos) Ela esquartejou mesmo. É porque o professor tinha trabalhado... era gramática. “Professora, esse professor, ele só trabalhou gramática limpa e seca.” E eu: “hãram!” *Deixei eles* falarem. Quando foi essa semana, ela foi apresentar o dela, né? Aí ela chegou achando né? [...] Aí, chegou com a proposta. O plano de aula dela era trabalhar a gramática, a partir de diversos textos. Aí eu comecei a perguntar como é que partia desses diversos textos. “Do jeito que o livro didático está dizendo.” (Entrevistadora sorri) Aí eu disse assim: “essa foi a mesma aula do seu professor.” “Sim, mas lá ele trabalhava com frases. Aqui, eu tô dizendo que vou trabalhar a partir de diversos textos.” [...] E listou uma série absurda de conteúdos, né? Aí, quando ela desenvolveu a metodologia..., aí a turma começou a rir. E depois todo mundo dizia assim: “Ah, eu não quero mais apresentar o meu não.” “Por quê?” “Porque, ave Maria, professora, você tá cruel hoje.”

Porque ela não dizia..., o trabalho dela significava apenas sair identificando.[...] Aí eu comecei questionando: “E, me diz uma coisa: quer trabalhar essa questão de concordância, e qual é dos diversos textos?”. [...] “E como é que você espera trabalhar essa concordância em um texto que *tá* perfeito? *Pra* que vai servir essa concordância num texto que *tá* perfeito?” “E eu vou trabalhar com um texto que esteja problemático?” E eu: “Hãram! Exatamente! Você não quer trabalhar com diferentes textos? Então pegue as produções textuais de seu aluno....[...] Eu disse assim: “num vai adiantar. Então, vamos pegar e analisar uma produção.” Quer dizer, porque nosso aluno, ele tem essa ideia de que é bom criticar lá, né? e que ele vai fazer tudo perfeito, mas, quando ele vai fazer, ele fica na mesma coisa.

De acordo com o que nos diz o entrevistado 3, notamos que sua resposta direciona-se mais para aspectos metodológicos do ensino de gramática do que especificamente para a concepção teórica. Entretanto, apesar de não declinar claramente qual a noção de gramática que orienta sua ação docente, há nas entrelinhas de seu texto uma tendência a considerá-la numa perspectiva funcionalista, visto que propõe a sua aluna em formação a utilização da produção textual dos próprios alunos, como meio para os estudos das estruturas gramaticais.

Vale salientar que o professor chama a atenção para a postura compreensivelmente ainda imatura dos graduandos, quando durante o estágio criticam a maneira tradicionalista dos professores da educação básica de ensinar a gramática desvinculada dos textos. No entanto, conforme demonstrou o informante, esses mesmos estudantes ainda não conseguem propor algo diferente do ponto de vista metodológico. Chamamos ainda a atenção para a autora a quem o entrevistado faz referência, cujas contribuições teórico-metodológicas do ensino de gramática têm pautado sua ação na sala de aula de uma disciplina formadora.

### **Considerações finais**

No que tange às análises das entrevistas dos docentes de disciplinas voltadas para as Metodologias de Ensino de Língua Portuguesa, observamos que o professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) nos revelou uma visão de gramática na perspectiva normativa, defendendo esse ensino. Para o entrevistado da Universidade de São Paulo (USP), a gramática deve se materializar no uso por meio da leitura e produção de textos. O informante da Universidade do

Estado do Rio Grande do Norte (UERN) propõe metodologicamente o ensino de gramática por meio dos textos produzidos pelos próprios alunos.

Destarte, o ensino de gramática está pautado no ensino da norma padrão para um dos informantes, que busca o parâmetro “certo” da língua. O segundo destaca a necessidade de o aluno saber mobilizar os conhecimentos linguísticos na produção de textos. Enquanto o terceiro docente demonstra em seu discurso a preferência pela gramática funcionalista.

Considerando as reflexões e análises realizadas neste artigo, afirmamos ser de suma importância que os docentes de Língua Portuguesa, nos diversos níveis de ensino, tenha o conhecimento necessário acerca das várias concepções de língua e linguagem, a fim de claramente se posicionarem por uma, posto que será ela que guiará seu agir pedagógico, assim como a noção de gramática que o professor irá assumir em sala de aula.

Por fim, reiteramos nosso posicionamento de que é função da escola levar o aluno ao conhecimento da norma culta da língua sem, entretanto, supervalorizá-la em detrimento das demais variedades linguísticas.

## Referências

ANTUNES, A. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1997.

KOCH, I G V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2008.

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006.

TRAVAGLIA, L C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2002.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão. **Projeto de Cooperação Acadêmica**: Disciplinas da Licenciatura voltadas para o ensino de Língua Portuguesa. São Luís, 2008.